CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO AMAZONAS – CAU/AM

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO ESTADO DO AMAZONAS – CAU/AM

Demonstrações contábeis
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Balanço financeiro

Balanço orçamentário

Demonstração das variações patrimoniais

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Tel.: +55 61 3322 5190
Fax: + 55 61 3322 5270
www.bdobrazil.com.br

Setor de Autarquia Sul SAUS
Quadra 4, Lote 09/10 Bloco A
Brasília, DF - Brasil 70070-938

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao
Conselho Federal e ao Conselho Diretor
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amazonas – CAU/AM
Manaus - AM

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amazonas – CAU/AM ("Entidade" ou "Conselho"), que compreendem os balanços patrimonial, financeiro e orçamentário em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações das variações patrimoniais aumentativas e diminutivas e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, orçamentária e financeira do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amazonas – CAU/AM em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações, as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as Entidades do Setor Público (NBCASP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para nota explicativa nº 3, que informa que o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou, em 4 de outubro de 2016, a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP), que normatiza os aspectos relacionados à estrutura conceitual básica para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas Entidades do Setor Público. Ademais, a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional STN nº 539/2015, anexo único, determinou prazos de atendimento aos referidos normativos, traçando um cronograma para que, até 2021, todas as normas estejam convergidas. Atualmente o sistema CAU encontra-se em processo de implementação dos referidos normativos contábeis. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

BDO RCS Auditores Independentes, uma empresa brasileira da sociedade simples, é membro da BDO Internacional Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma das firmas da BDO.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para as Entidades do Setor Público (NBCASP), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília-DF, 10 de abril de 2018.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1 – S – AM

Alfredo Ferreira Marques Filho
Contador CRC 1 SP 154954/O-3 – S – AM

CAU - AM

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Amazonas

CNPJ: 14.891.387/0001-28

Período: 01/01/2017 a 31/12/2017

Balanço Patrimonial

Período Anterior: 01/01/2016 à 31/12/2016

ATIVO			PASSIVO		
Especificação	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**	**Especificação**	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
ATIVO CIRCULANTE	**862.333,76**	**1.275.306,68**	**PASSIVO CIRCULANTE**	**50.245,58**	**71.395,16**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	638.093,46	651.789,22	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00	0,00
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	218.849,53	615.020,67	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	5.390,77	8.496,79	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	6.304,82	5.210,78
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
ESTOQUES	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00	0,00	PROVISÕES A CURTO PRAZO	39.445,92	59.003,15
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	**102.055,82**	**43.984,28**	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	4.494,84	7.181,23
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	513,53	0,00	**PASSIVO NÃO-CIRCULANTE**	**29.540,95**	**29.540,95**
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	513,53	0,00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
IMOBILIZADO	91.392,83	43.984,28	FORNECEDORES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS MÓVEIS	160.442,90	107.893,97	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS IMÓVEIS	7.900,00	0,00	PROVISÕES A LONGO PRAZO	29.540,95	29.540,95
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	76.950,07C	63.909,69C	RESULTADO DIFERIDO	0,00	0,00
INTANGÍVEL	10.149,46	0,00		0,00	0,00
SOFTWARES	17.981,48	0,00		0,00	0,00
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	7.832,02C	0,00		0,00	0,00
			TOTAL DO PASSIVO	79.786,53	100.936,11

			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
			Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00
			Ajuste de avaliação Patrimonial	0,00	0,00
			Demais Reservas	0,00	0,00
			Resultados Acumulados	884.603,05	1.218.354,85
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	884.603,05	1.218.354,85
TOTAL	**964.389,58**	**1.319.290,96**	**TOTAL**	**964.389,58**	**1.319.290,96**
ATIVO FINANCEIRO	638.093,46	651.789,22	PASSIVO FINANCEIRO	50.245,58	77.059,94
ATIVO PERMANENTE	326.296,12	667.501,74	PASSIVO PERMANENTE	29.540,95	29.540,95
SALDO PATRIMONIAL				**884.603,05**	**1.212.690,07**

Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercício	Exercício	ESPECIFICAÇÃO	Exercício	Exercício
Saldo do Atos Potenciais Ativos	**Atual**	**Anterior**	**Saldo do Atos Potenciais Passivos**	**Atual**	**Anterior**
Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	0,00	Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00	0,00
Execução de Direitos Conveniados	0,00	0,00	Execução de Obrigações Conveniadas	0,00	0,00
Execução de Direitos Contratuais	0,00	0,00	Execução de Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Execução de Outros Atos Potenciais do Ativo	0,00	0,00	Execução de Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00	0,00
TOTAL	**0,00**	**0,00**	**TOTAL**	**0,00**	**0,00**

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Superávit Financeiro	587.847,88	574.729,28

CAU - AM

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Amazonas

CNPJ: 14.891.387/0001-28

Período: 01/01/2017 a 31/12/2017

Balanço Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	1.178.728,98	1.041.244,91	Despesa Orçamentária	1.185.128,61	996.294,95
RECEITA REALIZADA	1.178.728,98	1.041.244,91	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR		5.664,78
RECEITA CORRENTE	1.178.728,98	1.041.244,91	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO	5.651,03	4.556,99
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	493.357,36	406.291,45	CREDITO EMPENHADO – PAGO	1.179.477,58	986.073,18
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	493.357,36	406.291,45	DESPESA CORRENTE	1.101.047,17	985.103,18
ANUIDADES	493.357,36	406.291,45	PESSOAL	603.427,32	591.001,19
RECEITA DE SERVIÇOS	332.796,36	294.940,75	MATERIAL DE CONSUMO	13.493,17	11.681,76
EMOLUMENTOS COM INSCRIÇOES		936,18	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	84.062,80	77.886,62
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	2.072,34	2.674,80	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	266.259,89	202.947,40
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	330.033,68	290.928,58	ENCARGOS DIVERSOS	33.119,99	17.988,21
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	690,34	401,19	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	100.684,00	83.598,00
FINANCEIRAS	105.685,81	107.123,33	DESPESA DE CAPITAL	78.430,41	970,00
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	32.331,77	17.330,28	INVESTIMENTOS	78.430,41	970,00
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	73.354,04	89.793,05			
MULTAS SOBRE ANUIDADES	31.876,22	22.355,92			
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	41.477,82	67.437,13			
TRANSFERENCIAS CORRENTES	240.135,00	225.084,71			
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	6.754,45	7.804,67			

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
MULTAS DE INFRAÇÕES	3.446,58	7.364,16			
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	118,06	440,51			
ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA POR AÇÕES JUDICIAIS	3.189,81				
Transferências Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas		
Recebimentos Extraorçamentários	671.559,94	769.538,39	Pagamentos Extraorçamentários	678.856,07	756.583,60
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		5.664,78	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	5.664,77	6.520,55
Inscrição de Restos a Pagar Processados	5.651,03	4.556,99	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	4.556,99	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	100.499,47	95.295,52	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	103.185,86	92.158,02
Outros Recebimentos Extraorçamentários	565.409,44	664.021,10	Outros Pagamentos Extraorçamentários	565.448,45	657.905,03
Saldo em espécie do Exercício Anterior	651.789,22	593.884,47	Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	638.093,46	651.789,22
Caixa e Equivalente de Caixa	651.789,22	593.884,47	Caixa e Equivalente de Caixa	638.093,46	651.789,22
Depósitos. Rest. Vlrs Vinculados			Depósitos. Rest. Vlrs Vinculados		
Total:	**2.502.078,14**	**2.404.667,77**		**2.502.078,14**	**2.404.667,77**

CAU - AM

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Amazonas

CNPJ: 14.891.387/0001-28

Período: 01/01/2017 a 31/12/2017

Balanço Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITA CORRENTE	1.163.256,00	1.254.106,00	1.178.728,98	-75.377,02
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	494.614,00	562.575,00	493.357,36	-69.217,64
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	494.614,00	562.575,00	493.357,36	-69.217,64
ANUIDADES	494.614,00	562.575,00	493.357,36	-69.217,64
Pessoa Física - do Exercício	431.299,00	428.199,00	349.613,45	-78.585,55
Pessoa Física - do Exercício Anterior	0,00	59.710,00	82.410,99	22.700,99
Pessoa Jurídica - do Exercicio	63.315,00	59.006,00	32.170,86	-26.835,14
Pessoa Jurídica - do Exercício Anterior	0,00	15.660,00	18.419,63	2.759,63
Pessoa Física - Dívida Ativa	0,00	0,00	8.485,34	8.485,34
Pessoa Jurídica - Dívida Ativa	0,00	0,00	2.257,09	2.257,09
RECEITA DE SERVIÇOS	343.718,00	348.374,00	332.796,36	-15.577,64
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	0,00	0,00	2.072,34	2.072,34
Pessoa Física	0,00	0,00	2.072,34	2.072,34
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	343.718,00	348.374,00	330.033,68	-18.340,32
Pessoa Física - RRT	343.718,00	348.374,00	325.456,43	-22.917,57
Multa sobre Pessoa Física - RRT	0,00	0,00	4.577,25	4.577,25
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	0,00	0,00	690,34	690,34
Custas Processuais	0,00	0,00	690,34	690,34
FINANCEIRAS	77.903,00	95.937,00	108.979,21	13.042,21

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	12.575,00	20.937,00	32.331,77	11.394,77
Juros de Mora Sobre Anuidades Pessoas Físicas	6.287,50	10.468,50	26.616,08	16.147,58
Juros de Mora Sobre Anuidades Pessoas Jurídicas	6.287,50	10.468,50	42,94	-10.425,56
Juros de Mora - Dívida Ativa (Juros de Mora sobre Anuidades)	0,00	0,00	5.672,75	5.672,75
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	65.328,00	75.000,00	76.647,44	1.647,44
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	0,00	0,00	3.293,40	3.293,40
Documentos de Fiscalizacao	0,00	0,00	3.293,40	3.293,40
MULTAS SOBRE ANUIDADES	12.575,00	20.937,00	31.876,22	10.939,22
Multa sobre Anuidades Pessoas Físicas	6.287,50	10.468,50	28.648,87	18.180,37
Multa sobre Anuidades Pessoas Jurídicas	6.287,50	10.468,50	0,00	-10.468,50
Multa Mora - Dívida Ativa (Multas sobre Anuidades)	0,00	0,00	3.227,35	3.227,35
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	52.753,00	54.063,00	41.477,82	-12.585,18
Aplicação Financeira	52.753,00	54.063,00	41.477,82	-12.585,18
TRANSFERENCIAS CORRENTES	247.021,00	247.021,00	240.135,00	-6.886,00
Transferencias Intragovernamentais	247.021,00	247.021,00	240.135,00	-6.886,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	199,00	3.461,05	3.262,05
MULTAS DE INFRAÇÕES	0,00	0,00	153,18	153,18
Pessoas Físicas	0,00	0,00	153,18	153,18
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	199,00	118,06	-80,94
Restituições	0,00	199,00	118,06	-80,94
ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA POR AÇÕES JUDICIAIS	0,00	0,00	3.189,81	3.189,81
Honorários Advocatícios	0,00	0,00	2.764,79	2.764,79
Custas Judiciais	0,00	0,00	425,02	425,02
RECEITA DE CAPITAL	500.000,00	574.729,00	0,00	-574.729,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	500.000,00	574.729,00	0,00	-574.729,00
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO CORRENTE	500.000,00	574.729,00	0,00	-574.729,00

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (Superávit do Orçamento Corrente)	500.000,00	574.729,00	0,00	-574.729,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00
SUB-TOTAL DAS RECEITAS	**1.663.256,00**	**1.828.835,00**	**1.178.728,98**	**-650.106,02**
DÉFICIT	**0,00**	**0,00**	**6.399,63**	**6.399,63**
TOTAL	**1.663.256,00**	**1.828.835,00**	**1.185.128,61**	**-643.706,39**

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
DESPESA CORRENTE	1.153.456,00	1.247.306,50	1.106.698,20	1.106.698,20	1.101.047,17	140.608,30
PESSOAL	662.353,77	637.000,55	603.501,09	603.501,09	603.427,32	33.499,46
PESSOAL E ENCARGOS	643.433,77	620.800,55	589.121,09	589.121,09	589.047,32	31.679,46
REMUNERAÇÃO PESSOAL	522.459,92	480.456,91	450.924,20	450.924,20	450.867,80	29.532,71
Salários	425.875,46	370.351,71	352.887,85	352.887,85	352.887,85	17.463,86
Gratificação de Função	0,00	5.280,00	5.280,00	5.280,00	5.280,00	0,00
Gratificação de Natal - 13º Salário	38.129,15	39.143,95	31.766,17	31.766,17	31.709,77	7.377,78
Férias	38.129,15	47.003,22	45.390,67	45.390,67	45.390,67	1.612,55
1/3 de Férias - CF/88	12.709,72	14.973,56	13.252,84	13.252,84	13.252,84	1.720,72
Abono de Férias	1.616,44	3.704,47	2.346,67	2.346,67	2.346,67	1.357,80
Indenizações Trabalhistas	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENCARGOS SOCIAIS	120.973,85	140.343,64	138.196,89	138.196,89	138.179,52	2.146,75
INSS Patronal	83.429,93	98.260,68	97.712,56	97.712,56	97.700,24	548,12
FGTS	33.371,84	37.571,75	35.991,52	35.991,52	35.987,04	1.580,23
PIS s/ Folha de Pagamento	4.172,08	4.511,21	4.492,81	4.492,81	4.492,24	18,40
DIÁRIAS	18.920,00	16.200,00	14.380,00	14.380,00	14.380,00	1.820,00
Diárias Funcionários	18.920,00	16.200,00	14.380,00	14.380,00	14.380,00	1.820,00
MATERIAL DE CONSUMO	24.340,00	26.285,00	13.493,17	13.493,17	13.493,17	12.791,83
MATERIAL DE CONSUMO	24.340,00	26.285,00	13.493,17	13.493,17	13.493,17	12.791,83

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
Material de Expediente	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Material de Limpeza e Produtos de Higiene	5.000,00	1.144,00	1.144,00	1.144,00	1.144,00	0,00
Material de Informática	4.000,00	13.191,00	9.330,00	9.330,00	9.330,00	3.861,00
Uniformes, Tecidos e Aviamentos	800,00	800,00	0,00	0,00	0,00	800,00
Combustíveis e Lubrificantes	7.540,00	7.550,00	1.811,97	1.811,97	1.811,97	5.738,03
Materiais e Equipamentos de Proteção Individual	2.000,00	3.600,00	1.207,20	1.207,20	1.207,20	2.392,80
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	47.171,56	84.908,74	84.062,80	84.062,80	84.062,80	845,94
REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	21.371,56	68.506,24	67.660,30	67.660,30	67.660,30	845,94
Remuneração de Estagiários	11.960,00	11.960,00	11.190,94	11.190,94	11.190,94	769,06
Serviço de Locação de Imóvel	9.411,56	56.546,24	56.469,36	56.469,36	56.469,36	76,88
DIÁRIAS	25.800,00	16.402,50	16.402,50	16.402,50	16.402,50	0,00
Diárias Conselheiros/Convidados	25.800,00	16.402,50	16.402,50	16.402,50	16.402,50	0,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	299.446,92	360.591,37	271.837,15	271.837,15	266.259,89	88.754,22
SERVIÇOS DE CONSULTORIA	56.893,37	55.893,37	55.893,36	55.893,36	55.893,36	0,01
Consultoria Contábil	56.893,37	55.893,37	55.893,36	55.893,36	55.893,36	0,01
SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO	6.979,17	18.818,71	18.765,04	18.765,04	17.349,49	53,67
Outros Serviços de Comunicação e Divulgação	6.979,17	18.818,71	18.765,04	18.765,04	17.349,49	53,67
SERVIÇOS PRESTADOS	195.174,38	253.983,93	172.866,52	172.866,52	168.704,81	81.117,41
Serviços de Medicina do Trabalho	3.500,00	3.500,00	60,00	60,00	60,00	3.440,00
Serviços de Intermediação de Estágios	384,00	384,00	208,00	208,00	208,00	176,00
Serviços de Apoio Administrativo e Operacional	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Seguros de Bens Móveis	2.000,00	1.232,43	1.232,43	1.232,43	1.232,43	0,00
Seguros de Bens Imóveis	2.500,00	1.900,00	0,00	0,00	0,00	1.900,00
Locação de Bens Imóveis	0,00	2.450,00	1.100,00	1.100,00	1.100,00	1.350,00
Condomínios	21.600,00	19.595,00	17.874,00	17.874,00	17.874,00	1.721,00

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
Serviços de Reparos, Adapt. e Conserv de Bens Móveis e Imóveis	6.000,00	16.680,00	16.679,35	16.679,35	16.679,35	0,65
Manutenção e Conservação de Veículos	2.000,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00
Serviços de Energia Elétrica e Gás	10.200,00	10.437,00	10.436,95	10.436,95	9.674,54	0,05
Serviços de Água e Esgoto	6.200,00	1.600,00	1.075,98	1.075,98	1.075,98	524,02
Serviços de Correios e Telégrafos	21.000,00	21.000,00	7.991,15	7.991,15	6.965,85	13.008,85
Aquisição de Sistemas/Programas (software)	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Assinaturas e Periódicos	0,00	255,00	255,00	255,00	255,00	0,00
Serviços Gráficos	23.641,00	23.502,00	0,00	0,00	0,00	23.502,00
Despesas com Telecomunicações	21.600,00	23.600,00	21.943,60	21.943,60	21.943,60	1.656,40
Serviços de Segurança Predial e Preventiva	2.800,41	4.900,41	3.262,27	3.262,27	3.262,27	1.638,14
Despesas Miúdas de Pronto Pagamento	6.000,00	6.270,60	4.718,51	4.718,51	4.718,51	1.552,09
Outras Despesas	27.420,00	67.593,96	47.166,98	47.166,98	44.792,98	20.426,98
Serviços de Limpeza, Conservação e Jardinagem	28.328,97	43.583,53	38.862,30	38.862,30	38.862,30	4.721,23
PASSAGENS	40.400,00	31.895,36	24.312,23	24.312,23	24.312,23	7.583,13
Passagens Conselheiros/Convidados	20.000,00	17.073,24	12.304,59	12.304,59	12.304,59	4.768,65
Passagens Funcionários	20.400,00	14.822,12	12.007,64	12.007,64	12.007,64	2.814,48
ENCARGOS DIVERSOS	19.460,00	37.836,59	33.119,99	33.119,99	33.119,99	4.716,60
ENCARGOS DIVERSOS	19.460,00	37.836,59	33.119,99	33.119,99	33.119,99	4.716,60
Despesas Judiciais	0,00	1.465,99	1.465,99	1.465,99	1.465,99	0,00
Indenizações e Restituições	2.000,00	1.182,48	163,00	163,00	163,00	1.019,48
Impostos e Taxas	660,00	3.141,12	2.471,23	2.471,23	2.471,23	669,89
Taxas Bancárias	16.800,00	32.047,00	29.019,77	29.019,77	29.019,77	3.027,23
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	100.683,75	100.684,25	100.684,00	100.684,00	100.684,00	0,25
FUNDO DE APOIO AO CAU-UF	29.709,00	29.709,00	29.709,00	29.709,00	29.709,00	0,00
Fundo Nacional de Apoio aos CAU UF	29.709,00	29.709,00	29.709,00	29.709,00	29.709,00	0,00

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
Centro de Serviços Compartilhados	64.522,50	64.523,00	64.523,00	64.523,00	64.523,00	0,00
Fundo de Reserva CSC	6.452,25	6.452,25	6.452,00	6.452,00	6.452,00	0,25
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	500.000,00	571.729,00	78.430,41	78.430,41	78.430,41	493.298,59
INVESTIMENTOS	494.000,00	565.729,00	78.430,41	78.430,41	78.430,41	487.298,59
OBRAS, INSTALAÇÕES E REFORMAS	0,00	320.900,00	7.900,00	7.900,00	7.900,00	313.000,00
Obras e Instalações em andamento	0,00	320.900,00	7.900,00	7.900,00	7.900,00	313.000,00
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	14.000,00	143.237,00	70.530,41	70.530,41	70.530,41	72.706,59
Móveis e Utensílios	4.000,00	69.000,00	0,00	0,00	0,00	69.000,00
Máquinas e Equipamentos	6.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Equipamentos de Processamento de Dados	4.000,00	55.540,00	55.166,93	55.166,93	55.166,93	373,07
Sistemas de Processamento de Dados	0,00	11.317,00	9.983,48	9.983,48	9.983,48	1.333,52
Obras de Arte	0,00	5.380,00	5.380,00	5.380,00	5.380,00	0,00
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	480.000,00	101.592,00	0,00	0,00	0,00	101.592,00
Terrenos	480.000,00	101.592,00	0,00	0,00	0,00	101.592,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
Máquinas e Equipamentos	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
DOTAÇÃO ADICIONAL POR FONTE	9.800,00	9.799,50	0,00	0,00	0,00	9.799,50
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	9.800,00	9.799,50	0,00	0,00	0,00	9.799,50
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	**1.663.256,00**	**1.828.835,00**	**1.185.128,61**	**1.185.128,61**	**1.179.477,58**	**643.706,39**
SUPERÁVIT	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL	**1.663.256,00**	**1.828.835,00**	**1.185.128,61**	**1.185.128,61**	**1.179.477,58**	**643.706,39**

CAU - AM

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Amazonas

CNPJ: 14.891.387/0001-28

Período: 01/01/2017 a 31/12/2017

Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	1.374.236,10	1.575.779,98	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	1.316.059,25	1.048.698,89
CONTRIBUIÇÕES	688.864,48	940.826,52	PESSOAL E ENCARGOS	569.563,86	616.008,20
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	688.864,48	940.826,52	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL	569.563,86	586.467,25
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	688.864,48	940.826,52	REMUNERAÇÃO A PESSOAL - RPPS	569.563,86	586.467,25
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	332.796,36	294.940,75	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	0,00	29.540,95
EXPLORAÇÃO DE BENS DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	332.796,36	294.940,75	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	0,00	29.540,95
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	332.796,36	294.940,75	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	443.430,29	349.092,69
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	108.979,21	112.556,76	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	13.493,17	12.540,76
JUROS E ENCARGOS DE MORA	35.625,17	22.737,16	CONSUMO DE MATERIAL	13.493,17	12.540,76
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FORNECIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS	35.625,17	22.737,16	SERVIÇOS	407.832,28	319.148,33
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	73.354,04	89.819,60	DIARIAS	30.782,50	26.730,00
MULTAS SOBRE ANUIDADES	73.354,04	89.819,60	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	91.972,53	81.355,09
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	240.135,00	225.084,71	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	285.077,25	211.063,24
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	240.135,00	225.084,71	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	22.104,84	17.403,60
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	240.135,00	225.084,71	DEPRECIACAO	19.523,50	16.684,70
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	3.461,05	2.371,24	AMORTIZACAO	2.581,34	718,90
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	3.461,05	2.371,24	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	100.684,00	83.598,00
MULTAS ADMINISTRATIVAS	153,18	1.930,73	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	100.684,00	83.598,00
INDENIZAÇÕES	118,06	440,51	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	100.684,00	83.598,00
ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA POR AÇÕES JUDICIAIS	3.189,81	0,00	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	202.381,10	0,00
			REDUÇÃO A VALOR RECUPERAVEL E AJUSTE PARA PERDAS	202.381,10	0,00
			VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM PROVISÃO PARA PERDAS DE CREDITOS	202.381,10	0,00
Total das Variações Ativas :	**1.374.236,10**	**1.575.779,98**	**Total das Variações Passivas :**	**1.316.059,25**	**1.048.698,89**
		RESULTADO PATRIMONIAL			

	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
Déficit do Exercício			**Superávit do Exercício**	**58.176,85**	**527.081,09**
Total	**1.374.236,10**	**1.575.779,98**	**Total**	**1.374.236,10**	**1.575.779,98**

CAU - AM

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Amazonas

CNPJ: 14.891.387/0001-28

Período: 01/01/2017 a 31/12/2017

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS		
RECEITA CORRENTE	1.178.728,98	1.041.244,91
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	493.357,36	406.291,45
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	493.357,36	406.291,45
ANUIDADES	493.357,36	406.291,45
RECEITA DE SERVIÇOS	332.796,36	294.940,75
EMOLUMENTOS COM INSCRIÇOES	0,00	936,18
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	2.072,34	2.674,80
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	330.033,68	290.928,58
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	690,34	401,19
FINANCEIRAS	105.685,81	107.123,33
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	32.331,77	17.330,28
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	73.354,04	89.793,05
MULTAS SOBRE ANUIDADES	31.876,22	22.355,92
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	41.477,82	67.437,13
TRANSFERENCIAS CORRENTES	240.135,00	225.084,71
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	6.754,45	7.804,67
MULTAS DE INFRAÇÕES	3.446,58	7.364,16
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	118,06	440,51
ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA POR AÇÕES JUDICIAIS	3.189,81	0,00
OUTROS INGRESSOS	665.908,91	759.316,62
DESEMBOLSOS		
CREDITO EMPENHADO – PAGO	1.179.477,58	986.073,18
DESPESA CORRENTE	1.101.047,17	985.103,18
PESSOAL	603.427,32	591.001,19
MATERIAL DE CONSUMO	13.493,17	11.681,76
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	84.062,80	77.886,62
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	266.259,89	202.947,40
ENCARGOS DIVERSOS	33.119,99	17.988,21
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	100.684,00	83.598,00
OUTROS DESEMBOLSOS	678.856,07	756.583,60
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	64.734,65	58.874,75
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS		
DESEMBOLSOS		
INVESTIMENTOS	78.430,41	970,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-78.430,41	-970,00
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS		
DESEMBOLSOS		
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		

GERAÇÃO LIQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-13.695,76	57.904,75
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	651.789,22	593.884,47
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	638.093,46	651.789,22

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em de Reais)

1. Informações gerais

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Amazonas – CAU AM, criado pela Lei nº 12.378/2010 tendo como principais atividades orientar e fiscalizar o exercício da profissão do arquiteto e urbanista.

Dotado de personalidade jurídica, encontra-se vinculado a Administração Indireta e funciona como Autarquia Federal Especial, tendo sua estrutura e organização, estabelecidos no Regimento Geral, Resolução CAU BR nº 033/2012. A Entidade goza de isenção tributária, com base na Constituição da República Federativa do Brasil – CRFB de 1988 art. 150 Inciso VI.

O Conselho está localizado na Rua Carlos Lacerda, nº 105, Conjunto Celetramazon, Adrianópolis, CEP 69.057-410, Manaus/AM.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 12 de fevereiro de 2018, por meio da Deliberação CAU-BR nº 15/2018.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), abrangendo as normas brasileiras de contabilidade aplicáveis ao setor público, principalmente a NBC T 16.6 (R1) – Demonstrações Contábeis.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Provisões para férias de empregados/funcionários;
- Depreciações e amortizações do ativo imobilizado e intangível;
- Provisões para contingências, sempre que constituídas; e
- Provisão para devedores duvidosos, sempre que constituída.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado (Nota 08), a estimativa para perdas em função do risco de crédito de clientes (Nota 06) e a provisão para riscos trabalhistas e cíveis (Nota 12). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

3. Políticas Contábeis

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior, ressaltam-se:

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2 Créditos de anuidade

Os créditos de anuidades relativas ao exercício são reconhecidos ao início do exercício em conta específica, pelo valor estimado em proposta orçamentária referente à previsão de receitas dos profissionais e empresas ativos no banco de dados do CAU/BR. Após o encerramento do exercício, o saldo não recebido é transferido para outra conta do ativo, representando créditos de anuidades de exercícios anteriores.

3.2.1 Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa

a) Implantação de política contábil em 2017 – Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/AM procedeu a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa ao encerramento do exercício de 2017.

b) Base de mensuração – Média ponderada dos percentuais de recebimento de anuidades de pessoas físicas e jurídicas nos últimos três exercícios anteriores do exercício corrente, aplicada sobre o estoque acumulado de créditos oriundos de anuidades não recebidas relativas aos exercícios de 2012 (ano de início das atividades do Conselho) a 2017.

c) Julgamento pela aplicação – Tratando-se de implantação de política, decidiu-se aplicar critério proposto pelo CAU/BR por meio da Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017, plausível à realidade do CAU/AM, considerando-se o princípio contábil do conservadorismo ou prudência ao tempo em que se utiliza o comportamento histórico de recebimentos em detrimento de estimativas de recebimentos em ações de cobrança.

d) Reflexo patrimonial comparativo

	2017	2016
Créditos de Anuidades	693.439,60	615.020,67
(-) Perdas de Devedores Duvidosos	(474.590,07)	-

Do montante de R$474.590,07 do ajuste contábil implantado em 2017, somente o valor de R$202.381,10, incidente sobre os créditos de anuidades de 2017, foi registrado como variação patrimonial diminutiva do exercício do balanço, portanto não afetando o resultado patrimonial de 2017. O restante de R$272.208,97 incidentes sobre créditos de anuidades dos exercícios de 2012 a 2016 foi registrado como "Ajustes de Exercício Anteriores" reduzindo diretamente os Resultados Acumulados no Patrimônio Líquido do Conselho.

3.3 Estoques

A Entidade não possui controle e apuracidade de estoque, devido ao baixo volume de compras para material de expediente e limpeza.

3.4. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por "impairment", quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade.

O CAU/AM segue parcialmente a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR e Orientação Técnica nº 01/2017 expedida pela Assessoria Contábil do CAU/AM, quanto aos procedimentos na aquisição, baixa e na depreciação/amortização dos seus bens patrimoniais.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

	Anos
Máquinas e equipamentos	10
Veículos	5
Móveis e utensílios	10
Equipamentos de informática	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações, sempre que aplicável, são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na execução orçamentária.

3.5. Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros
Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

3.6. Outros ativos e passivos
Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

3.7. Fornecedores
As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.8. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas
Reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 12.

3.9. Balanço Patrimonial
O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em "circulante" e "não circulante", com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

3.10. Balanço Orçamentário
O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

3.11. Balanço Financeiro
O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

3.12. Demonstração das variações patrimoniais
A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

O superávit patrimonial do exercício 2016 fechou num alto valor por motivos de reconhecimento de créditos a receber de anuidades pessoas físicas e jurídicas dos exercícios 2012 a 2016 no valor de R$ 615.020,67, conforme o relatório 14 e 15 do SISCAU – Sistema de Informação e Comunicação do CAU. É importante ressaltar, que foi reconhecido apenas 80% dos valores a receber, conforme orientação do CAU BR.

3.13. Demonstração do fluxo de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Considerações gerais e políticas

As operações financeiras da Entidade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pela alta governança.

As estratégias de gerenciamento de riscos da Entidade e os efeitos nas demonstrações contábeis podem ser resumidos como segue:

a) Risco de Crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme Nota Explicativa nº 5, bem como aos valores a receber (anuidades), descritos na Nota Explicativa nº 6.

O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado:

i) com relação às aplicações financeiras, os recursos estão preponderantemente aplicados em instituições financeiras de primeira linha, cujos prazos de vencimento são de curto prazo; e

ii) com relação às contas a receber os valores estão anuidades a receber dos profissionais arquitetos e urbanistas, sendo que para o exercício da profissão as anuidades precisam estar adimplentes.

Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desses ativos.

b) Risco de mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme apresentada na Nota Explicativa nº 4. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do DI, com insignificante margem de alteração.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade por meio do departamento financeiro.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2017	2016
Caixa	-	-
Banco conta movimento	-	-
Aplicações financeiras	638.093,46	651.789,22
Total	638.093,46	651.789,22

As aplicações financeiras estão representadas por aplicação, cujo rendimento é liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita no resultado corrente.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em de Reais)

6. Créditos de curto prazo

	2017	2016
Contas a receber de anuidades	693.439,60	615.020,67
(-) Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	(474.590,07)	-
Total	218.849,53	615.020,67

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

	2017	2016
A vencer	-	-
Vencidos:	-	-
Até 30 dias	-	-
De 31 a 60 dias	-	-
De 61 a 90 dias	-	-
De 91 a 180 dias	693.439,60	615.020,67
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(474.590,07)	-
Total	218.849,53	615.020,67

A Entidade registra a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, duvidosa, uma vez que os controles de acompanhamento da inadimplência dos relatórios 14 e 15 do sistema corporativo SICCAU. Com base no comparativo dos valores a receber dos últimos 3 anos na situação de 31/12/2016 x 31/12/2017, obtive-se os percentuais de redução dos valores a receber em um ano, e conforme deste raciocínio, apuramos o percentual de 68,44% PDD como conta redutora a ser aplicado sobre o valor dos ativos de anuidade a receber.

7. Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

7.1 Adiantamentos concedidos a pessoal e terceiros

	2017	2016
Responsável por suprimento	-	-
Disponibilidade de seguros	-	513,54
Total	-	513,54

7.2 Demais Créditos a receber

	2017	2016
Devedores da Entidades	5.364,14	5.349,86
Arredondamento e Troco Anterior	26,63	1,90
Entidades Publicas Devedoras	-	2.631,49
Total	5.390,77	7.983,25

8. Imobilizado

	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido 2017	Líquido 2016
Veículos	36.990,00	(32.736,15)	4.253,85	10.912,05
Móveis e utensílios	16.712,00	(6.870,76)	9.841,24	11.346,40
Equipamentos de informática	88.622,93	(33.102,73)	55.520,20	9.677,75
Máquinas e Equipamentos	12.737,97	(4.240,43)	8.497,54	9.643,90
Obras de Arte	5.380,00	-	5.380,00	-
Obras em andamento	7.900,00	-	7.900,00	-
Total	168.342,90	(76.950,07)	91.392,83	41.580,10

A Entidade acompanha anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano. Conforme nota n° 3.4.

A seguir apresentamos a movimentação do ativo imobilizado:

Movimentação do ativo imobilizado:

Controladora	31.12.2016	Adições	Baixas	Depreciação	31.12.2017
Veículos	36.990,00	-	-	(32.736,15)	4.253,85
Móveis e utensílios	16.712,00	-	-	(6.870,76)	9.841,24
Equipamentos de informática	33.456,00	55.166,93	-	(33.102,73)	55.520,20
Máquinas e Equipamentos	12.737,97	-	-	(4.240,43)	8.497,54
Obras de Arte	-	5.380,00	-	-	5.380,00
Obras em andamento	-	7.900,00	-	-	7.900,00
					-
Total	99.895,97	68.446,93	-	(76.950,07)	91.392,83

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em de Reais)

9. Intangível

	Custo	Amortização Acumulada	Líquido 2017	Líquido 2016
Sistemas de Processamento de Dados/Direito de Uso de Software	17.981,48	(7.832,02)	10.149,46	2.404,18
Total	17.981,48	(76.950,07)	10.149,46	2.404,18

A Entidade acompanha anualmente as vidas úteis dos ativos intangíveis e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano.

A seguir apresentamos a movimentação do ativo intangível:

Movimentação do ativo intangível:

Controladora	31.12.2016	Adições	Baixas	Amortização	31.12.2017
Sistema de Processamento de Dados/Direiro de Uso de Software	7.998,00	9.983,48	-	(7.832,02)	10.149,46 -
Total	7.998,00	9.983,48	-	(76.950,07)	10.149,46

10. Fornecedores a pagar

	2017	2016
Restos a Pagar Processados	5.651,03	4.556,99
Prestação de serviço	-	-
Receita a Classificar	653,79	653,79
Total	6.304,82	5.210,78

Abaixo o aging list dos fornecedores em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	2017	2016
A vencer	-	-
Vencidos:	-	-
Até 30 dias	5.651,03	4.556,99
De 31 a 60 dias	-	-
De 61 a 90 dias	-	-
De 91 a 180 dias	653,79	653,79
Total	6.304,82	5.210,78

11. Provisões a Curto Prazo e Demais Obrigações a Curto Prazo

	2017	2016
Provisão para férias e encargos sociais	39.445,92	52.030,17
PIS e COFINS a recolher	3.989,05	3.259,17
Outros impostos a recolher	505,79	783,80
Total	43.940,76	56.073,14

12. Provisão para riscos processuais

A Entidade e suas controladas são parte em determinados processos oriundos do curso normal do seu funcionamento, para os quais foram constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores legais. As principais informações desses processos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, estão assim representadas:

	2017	2016
Trabalhistas	29.540,95	29.540,95
Cíveis	-	-
Total	29.540,95	29.540,95

A movimentação da provisão no exercício de 2017 está demonstrada a seguir:

	2016	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização	2017
Tributários	-	-	-	-	-	-
Trabalhistas	29.540,95	-	-	-	-	29.540,95
Cíveis	-	-	-	-	-	-
Total	29.540,95	-	-	-	-	29.540,95

a. Natureza das contingências

A Entidade é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A Administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado.

As contingências trabalhistas referem-se a processos movidos por ex-funcionários vinculados a verbas decorrentes da relação de emprego e a vários pleitos indenizatórios.

b. Perdas possíveis, provisionadas no balanço

O saldo apresentando em 31 de dezembro de 2017, não apresentou modificação em questões de variação das perdas judiciais, por ocasião do conflito de dados entre o fechamento contábil com o relatório de informações advindas do setor jurídico, em relação aos dados atualizados dos processos judiciais que tramitaram em 2017.

Ressalvamos que o valor demonstrado por base da carta de informações judiciais ocorridas em 2017, não sofreram registro contábil. Dessa forma, ocorreu o processo de levantamento das informações jurídicas para fins de identificação dos processos, com base no status de perda provável, conforme a relação abaixo:

- Processo nº 0018215-37.2015.4.01.32.00 - Mandando de Segurança, valor da causa: R$ 1.000,00, prognostico: perda provável;
- Processo nº 3965-28.2017.4.01.3200, valor da causa: R$ 2.857,65, prognostico: perda provável;
- Processo nº 4114-24.2017.4.01.3200, valor da causa: R$ 2.857,65, prognostico: perda provável;
- Processo nº 4115-09.2017.4.01.3200, valor da causa: R$ 2.857,65, prognostico: perda provável;
- Processo nº 4116-91.2017.4.01.3200, valor da causa: R$ 2.857,65, prognostico: perda provável;
- Processo nº 4117-76.2017.4.01.3200, valor da causa: R$ 2.857,65, prognostico: perda provável;

- Processo nº 4121-16.2017.4.01.3200, valor da causa: R$ 2.857,65, prognostico: perda provável;
- Processo nº 4122.98.2017.4.01.3200, valor da causa: R$ 2.857,65, prognostico: perda provável;
- Processo nº 4123-83.2017.4.01.320, valor da causa: R$ 2.857,65, prognostico: perda provável;
- Processo nº 4125-53.2017.4.01.3200, valor da causa: R$ 2.857,65, prognostico: perda provável;
- Processo nº 4126-38.2017.4.01.3200, valor da causa: R$ 2.857,65, prognostico: perda provável;
- Processo nº 4189-63.2017.4.01.3200, valor da causa: R$ 2.857,65, prognostico: perda provável;
- Processo nº 4191-33.2017.4.01.3200, valor da causa: R$ 2.857,65, prognostico: perda provável;
- Processo nº 4192-18.2017.4.01.3200, valor da causa: R$ 2.857,65, prognostico: perda provável;
- Processo nº 4193-03.2017.4.01.3200, valor da causa: R$ 2.857,65, prognostico: perda provável;
- Processo nº 4194-85.2017.4.01.3200, valor da causa: R$ 2.857,65, prognostico: perda provável;
- Processo nº 4195-70.2017.4.01.3200, valor da causa: R$ 2.857,65, prognostico: perda provável;
- Processo nº 4196-55.2017.4.01.3200, valor da causa: R$ 2.857,65, prognostico: perda provável;
- Processo nº 4184-41.2017.4.01.3200, valor da causa: R$ 2.857,65, prognostico: perda provável;
- Processo nº 4185-26.2017.4.01.3200, valor da causa: R$ 2.857,65, prognostico: perda provável;
- Processo nº 4186-11.2017.4.01.3200, valor da causa: R$ 2.857,65, prognostico: perda provável;
- Processo nº 4187-93.2017.4.01.3200, valor da causa: R$ 2.857,65, prognostico: perda provável;
- Processo nº 4188-78.2017.4.01.3200, valor da causa: R$ 2.857,65, prognostico: perda provável;
- Processo nº 4197-40.2017.4.01.3200, valor da causa: R$ 2.857,65, prognostico: perda provável;
- Processo nº 4198-25.2017.4.01.3200, valor da causa: R$ 2.857,65, prognostico: perda provável;
- Processo nº 4199-10.2017.4.01.3200, valor da causa: R$ 2.857,65, prognostico: perda provável;
- Processo nº 4201-77.2017.4.01.3200, valor da causa: R$ 2.857,65, prognostico: perda provável;
- Processo nº 4202-62.2017.4.01.3200, valor da causa: R$ 2.857,65, prognostico: perda provável;
- Processo nº 4203-47.2017.4.01.3200, valor da causa: R$ 2.857,65, prognostico: perda provável;

- Processo nº 4204-32.2017.4.01.3200, valor da causa: R$ 2.857,65, prognostico: perda provável;
- Processo nº 4205-17.2017.4.01.3200, valor da causa: R$ 2.857,65, prognostico: perda provável;
- Processo nº 4711-90.2017.4.01.3200, valor da causa: R$ 2.544,11, prognostico: perda provável;
- Processo nº 4712-75.2017.4.01.3200, valor da causa: R$ 2.991,43, prognostico: perda provável; e
- Processo nº 4713-60.2017.4.01.3200, valor da causa: R$ 3.039,70, prognostico: perda provável.

13. Partes relacionadas

A entidade em 31 de dezembro de 2017 não possui coligadas, controladas ou subsidiárias integrais, dessa forma, não há transações com partes relacionadas dessa natureza.

A remuneração dos Conselheiros corresponde à concessão de diárias pela participação em eventos e reuniões realizados pelo CAU BR/CAU AM, sendo concedido o valor R$16.402,50 (Dezesseis mil, quatrocentos e dois reais e cinquenta centavos) em 2017.

Não há benefício concedido de uso de veículos aos diretores e membros dos órgãos colegiados

No exercício de 2017 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria e de rescisão de contrato de trabalho.

14. Despesas por natureza

Classificação por natureza	2017	2016
Depreciação e amortização	22.104,84	17.403,60
Despesas com pessoal	569.563,86	586.467,25
Despesas com contratação de terceiros	421.325,45	361.230,04
Despesas por Transferências Intragovernamentais	100.684,00	83.598,00
Desvalorização e perda de ativos	202.381,10	-
Impostos, taxas e contribuições	-	-
Outras receitas e despesas	-	-
Total	1.316.059,25	1.048.698,89

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em de Reais)

15. Resultados orçamentário, patrimonial e financeiro

Resultado Patrimonial	2017	2016
Variação Patrimonial Aumentativa (Receita)	1.374.236,10	1.575.779,98
(-) Variação Patrimonial Diminutiva (Despesa)	(1.316.059,25)	(1.048.698,89)
(=) Superávit Patrimonial apurado	58.176,85	527.081,09

Resultado Orçamentário	2017	2016
Receita Orçamentária Arrecadada	1.178.728,98	1.041.244,91
(-) Despesas Empenhadas	(1.185.128,61)	(996.294,95)
(=) Superávit Orçamentário Apurado	(6.399,63)	44.949,96

Resultado Financeiro	2017	2016
Saldo Disponível Apurado	638.093,46	651.789,22
(-) Passivo Financeiro	(50.245,58)	(71.395,16)
(=) Superávit Financeiro Apurado	587.847,88	580.394,06

16. Seguros

A Entidade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2017, é assim demonstrada:

Complexo das atividades	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações e máquinas e equipamentos	-
Veículos	Incêndio, roubo e colisão para veículos	12.000,00
Responsabilidade civil	Responsabilidade civil	-
Lucros cessantes	Não realização de lucros decorrentes de danos materiais	-
		12.000,00

17. Relacionamento com os auditores independentes

A Entidade não contratou com seus auditores independentes outros serviços ao não ser os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em de Reais)

18. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequente significativos que pudessem alterar as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017.

Manaus/AM, 10 de abril de 2018.

João Bosco de Lima
Assessor Contábil CAU AM
CRC-AM 007933/O-0

Jaime Kuck
Presidente CAU AM
CPF nº 238.782.740-68

Cristianne Da Silva Mâcedo
Gerente Geral CAU AM
CPF nº 763.100.002-68